

TRADUÇÃO

OS USOS E ABUSOS DO GÊNERO*

JOAN W. SCOTT**

Tradução
Ana Carolina E. C. Soares ***

Nos últimos anos eu tinha começado a perder interesse no gênero. Por uma razão, parecia ser uma questão resolvida, uma palavra que tinha-se tornado parte de um vocabulário comum. Os debates acalorados sobre se a renomeação dos estudos de mulheres em programas de estudos de gênero era uma realização ou violação dos princípios feministas parecia resolvido (mesmo que não da mesma forma em todos os lugares). Discussões intensas da intraduzibilidade do termo haviam dado lugar ao seu freqüente uso – seja em inglês, seja como um neologismo nas várias línguas do mundo –, e a sua aceitação por órgãos nacionais e internacionais, como a rubrica sob a qual estão reunidas estatísticas sobre a situação das mulheres usualmente em comparação

com as do homem era um sinal, tanto do seu impacto transformador quanto da sua suscetibilidade de recuperação. Eu tinha também começado a concluir que como uma questão resolvida não poderia mais exercer a função de desestabilizador radical das pressuposições sobre a relação entre sexo biológico e papéis construídos culturalmente para mulheres e homens, trabalho que havia sido feito nos anos de 1970 quando feministas norte-americanas e inglesas apropriaram-se do termo dos sexologistas e psiquiatras como Jonh Money e Robert Stoller.¹ Quando o *American Historical Review* propôs um fórum no vigésimo aniversário da publicação do meu ensaio de 1986, “Gênero: uma categoria útil de análise”, eu estava tanto lisonjeada quanto entediada – lisonjeada pois percebe-se que o ensaio ainda é útil para os historiadores e entediada pois eu senti que tinha exaurido tudo que eu havia para dizer sobre o assunto.²

Então, na última primavera meu interesse foi despertado pela deflagração de uma controvérsia na França – o país cuja história eu estudo – em que o gênero foi o foco da atenção. Um manual de instrução preparando estudantes para os exames de bacharelado³ em ciências biológicas, e que foi aprovado pelo Ministério da Educação, incluiu uma unidade em biologia humana intitulado “Devenir Homme ou Femme” (Tornar-se homem ou mulher) que políticos católicos, pais, educadores acharam censurável. Na primeira página da unidade, sob o título “une grande diversité d’hommes et de femmes”,⁴ havia três fotos de casais: dois homens, um inclinando-se amorosamente sobre o outro; um homem e uma mulher se abraçando; e duas mulheres de mãos dadas.⁵ A legenda dizia que parecia fácil, quando se caminhava pela rua, saber qual sexo era qual, mas verdadeiramente, o que significava ser uma mulher ou um homem? Esta questão provocativa foi respondida com pilhas de informações sobre hormônios; diagramas de órgãos reprodutivos; ultrasons de fetos; fotografias de elétron-microscópios de genes, cromossomos e zigotos, espermatozóide e óvulo; gráficos de ciclos menstruais; desenhos do cérebro humano com as zonas de prazer e controle marcadas em diferentes cores; uma discussão das diferenças entre as atividades sexuais de animais e humanos – com um lembrete de que os humanos podem, responsavelmente, controlar a procriação usando vários métodos contraceptivos, assim como o aborto e as

novas tecnologias reprodutivas; uma discussão se há ou não um gene para homossexualidade (os leitores são informados de que as evidências científicas não provaram ser este o caso). Segundo o texto, se a identidade sexual é estabelecida fisiologicamente, pela operação de cromossomos e hormônios, a orientação sexual era totalmente outra questão. Esta era uma função de escolhas íntimas que podem ser heterossexual, homossexual ou bissexual e tinham a ver com o privado, não com a esfera pública. Mas eram as mulheres e homens mais ou menos mulheres e homens no privado que em público? O que esta distinção entre escolha privada e apresentação pública pode dizer sobre nossa habilidade de especificar os significados de ‘mulheres’ e ‘homens’?

A palavra gênero (genre em francês) foi usada apenas uma vez nas trinta páginas do texto. Ela foi apresentada como um termo técnico empregado pelos sociólogos para designar o reconhecimento social dos indivíduos, principalmente a atribuição da identidade sexuada pelos outros, mas também a descrição oferecida pelos indivíduos sobre si mesmos.⁶ Contudo foi sobre o gênero que as pessoas que organizaram a massiva campanha contra o manual concentraram o foco de sua objeção. A antiga senadora e porta-voz do Vaticano, Christine Boutin, que elaborou quase palavra por palavra a mensagem de Natal do Papa de 2008, escreveu uma carta aberta para o Ministério Nacional de Educação, denunciando “a pedagogia direta e explicitamente inspirada na teoria de gênero.”⁷ Ela considerou esta teoria uma ideologia (desse modo conjurando um tipo de marxismo “bicho-papão”) que não pertence ao currículo da ciência porque este “nega a realidade da diferença de mulher para homem.” Seguiu-se uma petição assinada por mais de cem deputados e senadores exigindo a retratação do manual e uma campanha on-line com milhares de assinaturas endereçadas ao ministro da educação de pais exigindo respeito por sua liberdade de consciência religiosa e condenando um ensino que certamente corromperiam seus filhos adolescentes sugerindo que eles tiveram uma escolha sobre as suas sexualidades.⁸ O livro texto foi considerado um produto do “gay lobby” e insultado como uma importação dos Estados Unidos, especificamente influenciado por Judith Butler, que foi apelidada de “papisa da teoria do gênero” em um artigo de jornal.⁹ Embora o título do capítulo do manual ecoe Simone de Beauvoir (“não se nasce, torna-se uma

mulher”), a sentença foi acusada de uma invasão estrangeira, outro sinal de que o imperialismo americano havia penetrado profundamente na vida francesa.¹⁰

Por todo o verão e no outono, a disputa sobre gênero encheu as colunas de jornais e blogs on-lines. Houve até um protesto organizado contra a premiação de título honorário da Universidade de Bordeaux 3 para Butler em setembro. Ela foi descrita por suas críticas como “a criadora da teoria de gênero, segundo a qual as pessoas não são mais definidas como homens e mulheres, mas como praticante de certas formas de sexualidade: homossexual, heterossexual, bissexual, transsexual!... Para ela, gênero é uma construção social e cultural a serviço da dominação das mulheres pelos homens.¹¹ O grupo Católico que protestava contra o evento perguntou, como a universidade pode homenagear este tipo de pessoa, cujas teorias “por negar a diferença sexual, subvertem a organização da nossa sociedade e colocam em questão a sua própria fundação?”¹²

Um grupo de manifestantes usou a ocasião para encenar a transgressão contra a qual eles protestavam. Eles se travestiram, segurando cartazes de alerta contra a castração que se seguiria com a indiferenciação que Butler supostamente pregava. A afetação¹³ da cena que eles representaram sugeriu que a filósofa americana deu para alguns garotos católicos franceses uma boa oportunidade para se divertirem.¹⁴

Há muito mais para contar sobre a explosão francesa a respeito da discussão sobre gênero na primavera, verão e outono de 2011, mas eu não quero falar sobre isso agora. É suficiente dizer que o Ministro da Educação Nacional, Luc Chatel, manteve-se firme. Ele retrucou a Boutin insistindo na seriedade científica do currículo: “A ‘teoria de gênero’ não aparece no texto... o programa é centrado no fenômeno biológico, estudando a determinação genética do sexo e o desenvolvimento de embrião à adolescente. Complementando estes aspectos biológicos, o programa traz uma dimensão sociológica sobre a diferenciação sexual que distingue identidade sexual de orientação sexual.”¹⁵ O manual não foi retirado e, provavelmente, seus ensinamentos serão necessários para os estudantes que fizerem os exames de bacharelado de 2012. Por um lado, todo este assunto foi uma tempestade em copo d’água, uma breve explosão organizada por católicos que tem apenas uma

voz minoritária nesta nação militante secular. Por outro lado, penso, o assunto sugere que apesar da ampla disseminação do termo, os significados de gênero estão longe de estarem resolvidos. De fato, as objeções dos manifestantes aglomeraram-se em torno de uma palavra com diferentes significados de poder social (dominação masculina), orientação sexual (heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, transexualidade), e na incontestabilidade da diferença anatômica. Mesmo com todos os cuidados que o Ministro francês de educação teve para esclarecer estas definições, a linguagem escapou a seus melhores esforços de contenção.

Isto não deveria surpreender, pois as palavras tem histórias e múltiplos usos. Elas não só são elaboradas para expressar certas concepções, mas elas também têm diferentes efeitos retóricos. Embora minha primeira reação à controvérsia francesa sobre gênero tenha sido rejeitar a confusão da crítica católica, eu me percebi atraída pela reflexão sobre os múltiplos e conflituosos significados que o gênero foi adquirindo no curso de sua adaptação relativamente recente numa referência gramatical a um termo que denota a relação social dos sexos. Em vez de (como eu equivocadamente pensei) tornar-se mais claro ao longo do tempo, gênero se tornou mais impreciso; o lugar de contestação, um conceito disputado na arena da política. Há ainda, com certeza, feministas que usam a palavra, mas agora é um termo de referência que atravessa o espectro político, com efeitos às vezes muito diferentes daqueles que as feministas originalmente intencionaram.

A imprecisão de um significado estabelecido para gênero é bem ilustrado pela “Declaração do Significado entendido comumente do termo ‘Gênero’”, elaborado por um grupo de contato especial no âmbito da Comissão das Nações Unidas sobre o Status das Mulheres na preparação da Conferência de Benjín de 1995. O grupo foi criado para resolver os conflitos acalorados entre feministas e a ala de Direita, principalmente organizações religiosas, sobre o aparecimento do termo no programa e no relatório final da conferência. Enquanto o porta-voz da Direita insistiu em uma definição estritamente biológica dos papéis das mulheres e homens, as feministas argumentaram sobre origens socialmente construídas desses papéis. A resolução da disputa, que

aparece como um apêndice do Programa de Ação da Conferência de Benjin, não ofereceu efetivamente nenhuma definição:

Tendo considerado a questão profundamente, o grupo de contato notou que 1) a palavra ‘genero’ tem sido comumente usada e entendida na sua acepção ordinária, uso geralmente aceito em inúmeros outros fóruns e conferências das Nações Unidas; 2) Não houve nenhuma indicação de nenhum novo significado ou conotação do termo, diferente do uso previamente aceito, que foi aplicado na Plataforma para Ação... Consequentemente, o grupo de contato reafirmou que a palavra ‘gênero’ tal como usada na Plataforma para Ação aplicou-se para ser interpretada e entendida na sua acepção de uso ordinário, geralmente aceito.¹⁶

Mas nada, seguramente, pode ser nomeado aqui que “uso ordinário, geralmente aceito” sugere que o significado de gênero depende de quem usa a palavra, em qual contexto e para qual finalidade.¹⁷ No restante deste ensaio, eu vou argumentar que não há “uso ordinário, geralmente aceito” para gênero; ao contrário é um lugar de debate intenso. A que exatamente gênero se refere: é uma questão de mulheres, ou desigualdades, ou diferença sexual ou uma combinação destes? Como os seus usos em toda a sorte de disputas políticas e sociais influenciaram em seus significados? Parece não haver um único lugar no qual o gênero possa confortavelmente ou finalmente repousar. E é justamente por isso que, estes debates são políticos. As disputas políticas que se seguem a partir da incerteza sobre gênero, levam a uma proliferação dos seus significados, e deste modo, nas palavras de Barbara Johnson’s, “excedeu os limites de controle estável ou coerência. Tornou-se algo para se estar infinitamente em luta.”¹⁸ É esta luta política que eu penso que deve comandar nossa atenção, porque gênero é a lente de percepção através do qual, nós ensinamos os significados de macho/fêmea, masculino/feminino. Uma “análise de gênero” constitui nosso compromisso crítico com estes significados e nossa tentativa de revelar suas contradições e instabilidades como se manifestam nas vidas daqueles que estudamos.

Mulheres

Mulheres foram a preocupação explícita das feministas que começaram a se referir a gênero nos anos de 1970. Gênero recusou a idéia de que a anatomia da mulher era o seu destino insistindo, ao contrário, que os papéis alocados para as mulheres eram convenções sociais, não ditames biológicos. A partir de que a fisiologia genital, raramente, foi invocada para explicar porque os homens fizeram o que fizeram, o sexo/gênero e a distinção natureza/cultura foram um suporte crítico no esforço de conter a discriminação contra as mulheres, sua exclusão dos mundos dos homens.¹⁹ Nas primeiras articulações feministas, a noção de gênero como uma construção social teve como objetivo analisar a relação de mulheres e homens em termos de desigualdade e poder. A ideia foi que gênero aplicava-se a todos, que era um sistema de organização social, que não havia ninguém fora disso. Gênero era sobre mulheres e homens, sobre como os traços atribuídos para cada sexo justificavam os diferentes tratamentos que cada um recebia, como eles naturalizavam o que era fato social, econômico e desigualdades políticas, como eles condensavam variedades da feminilidade e masculinidade em um sistema binário, hierarquicamente arranjado.

Contudo o foco de muitos trabalhos acadêmicos e políticos, para não dizer nada da cobertura da mídia, feito sob o signo de gênero tem sido realizado quase que exclusivamente sobre mulheres. Isto é em parte um resultado da tensão entre o movimento feminista – um movimento que buscou mobilizar as mulheres, proporcionando-lhes uma história comum, experiência e interesse e oferecendo modelos exemplares para inspirar o ativismo. Nesta perspectiva, isto foi o suficiente para assumir que ‘homens’ ou ‘patriarcado’ eram a fonte de maus-tratos das mulheres; mas uma análise detalhada de como os sistemas de poder se operavam ficava de lado na questão. Então a tensão era entre a necessidade premente de mobilização política, de um lado, e uma maior ação crítica deliberativa de outro lado. Para algumas feministas, gênero era uma distração do verdadeiro empreendimento de corrigir os erros contra as mulheres (“um esquema imperialista para cooptar os mundos das mulheres” nas palavras de algumas ativistas do Sul do globo).²⁰ Para outras, era simplesmente um sinônimo para este empreendimento e nisto incluíam-se tanto

ativistas como acadêmicos. (Eu não estou discutindo a divisão teoria *versus* política, acadêmicos *versus* ativistas, mas como de diferentes formas ambos os grupos pensaram sobre a palavra). Entre historiadores, por exemplo, gênero, no título de livros e artigos, indicou que a situação social das mulheres estavam sendo consideradas, que suas ações (ou omissão) foram levadas para serem o resultado das mudanças nas condições (e mutáveis), que nenhuma incapacidade feminina física ou mental inerente moldou a maneira como elas viviam suas vidas. Nestes estudos, as relações entre mulheres e homens era geralmente presumida, em vez de explorada como variável, como dependendo dos seus significados nos contextos e condições específicos. Mulheres através das idades foram implicitamente entendidas para serem definidas pelas suas biológicas compartilhadas.

Similarmente, na linguagem das organizações internacionais tais como as Nações Unidas e várias ONG's, "consciência de gênero" significa prestar atenção ao que as mulheres fazem, que recursos elas comandam, que papéis elas exercem nas famílias, localidades e Estados. Quando deixado no nível puramente descritivo, os dados coletados produzem uma categoria sociológica – 'mulheres' – com qualidades discerníveis, na qual são reunidos grupos femininos biologicamente, de acordo com idade e estado civil. Aqui gênero torna-se fatos sobre mulheres (como diferentes dos homens). Assim, um recente relatório do Banco Mundial de Desenvolvimento foi baseado em avaliações qualitativas de 19 países para "ouvir em primeira-mão como homens e mulheres 'fazem gênero' em suas vidas cotidianas". O objetivo foi desenvolver "políticas de intervenção que promovam a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres" – empoderamento das mulheres não foi definido e parece presumir uma compreensão universal que é na realidade baseado nos modelos neo-liberais de auto-determinação individual.²¹ Até podem existir objeções de que as diferenças culturais são negligenciadas neste tipo de pesquisa técnica. Mas levar em consideração a cultura e a tradição não são sempre soluções para a universalização da categoria das mulheres. Os termos simplesmente referem-se a como mulheres, entendidas como fêmeas biológicas, são tratadas diferentemente – o próprio significado de mulheres não é pensado para mudar de maneira nenhuma.

A associação popular das palavras gênero e mulheres é evidente assim como na nova mídia. A “diferença de gênero” se refere às preferências de voto das mulheres. Durante as revoltas árabes, jornalistas sinalizaram publicamente as “mulheres manifestantes” como um fenômeno surpreendente, mas eles nunca qualificavam suas referências de “protesto” como homem.²²

A tensão entre aquilo que eu tenho me referido como mobilização e crítica é evidente neste trabalho. Dentro da linguagem, gênero foi muito debatido nos anos 1990 como sinônimo de anti-essencialismo com a ideia de que a anatomia das mulheres não é o seu destino. Isto muitas vezes significava – seguindo o pensamento dos cientistas sociais – que os papéis atribuídos às mulheres (mesmo as mães) diferem conforme o tempo e o lugar e tem muito pouca relação direta com a biologia delas. Ao mesmo tempo, entretanto, a própria categoria mulheres presumiu uma identidade compartilhada entre as culturas, o que Linda Nicholson uma vez se referiu como “fundamentalismo biológico”, pelo qual ela quis dizer que a biologia permaneceu o terreno em que qualquer definição sobre mulheres repousava.²³ O “fundamentalismo biológico” é evidente nas reivindicações feministas para a uniformização das mulheres através dos tempos: por exemplo, a revolucionária francesa, Olympe de Gouges, discursando em 1791 em nome do “sexo superior tanto em beleza como em coragem durante o parto.”²⁴ Similarmente, as líderes das mulheres nos esforços anti-guerra de 1914 apelavam “para todas as mulheres, de todas as nações, que sofrem partos com a mesma dor e quem, quando seus filhos morrem na guerra, choram as mesmas lágrimas”;²⁵ e Robin Morgan questionou, na introdução do *Sisterhood is Global* em 1996, “nós não, afinal de contas, facilmente não nos reconhecemos uns aos outros?” Apesar de todo tipo de diferenças entre as mulheres, houve, segundo ela, “a mesma história básica: uma de profundo sofrimento mas também de amor – pela vida, filhos, homens, outras mulheres, a sua terra natal, a humanidade em si – um amor forte o suficiente para limpar o mundo.”²⁶ Ao longo de muitas décadas, os movimentos feministas formularam uma identidade comum para as mulheres (baseado no “fundamentalismo biológico”) mesmo que elas tenham procurado de-essencializar e particularizar nossa avaliação das experiências das mulheres de acordo com o lugar e tempo. Mais recentemente, em um esforço de proibir

transexuais em suas fileiras, um grupo radical feminista de Londres declarou isto em sua conferência de 2012 que foi aberta apenas para “mulheres nascidas mulheres, vivendo como mulheres”.²⁷ O recurso à biologia sugere a dificuldade de especificar de outra forma um significado estabelecido sobre mulheres. E, embora possa reconhecer as diferenças de religião, raça, etnia e sexualidade, assim como classe e a divisão urbano/rural, ela substitui essas diferenças com a reivindicação de uma identidade inerente, na maioria das vezes ligada à reprodução. Isto também complica os apelos por igualdade: se mulheres são essencialmente diferentes, então em quais bases elas podem ser consideradas iguais (o mesmo que) aos homens?

Mesmo assim, o próprio termo gênero não é o responsável por este dilema. As mulheres nas quais ele se refere são, segundo Denise Riley,

historicamente, discursivamente construídas e sempre relativamente a outras categorias que em si mesmas mudam; ‘mulheres’ é um coletivo volátil no qual as pessoas do sexo feminino podem se posicionar bem diferentemente, então não se pode confiar na aparente continuidade do objeto ‘mulheres’; ‘mulheres’ é ao mesmo tempo sincronicamente e diacronicamente errático como uma coletividade, enquanto que para o indivíduo ‘ser uma mulher’ é também inconstante, e não pode fornecer um fundamento ontológico.²⁸

Isto significa que, em alguns períodos da história, mulheres são primariamente definidas como agentes reprodutivas, em outros como educadoras das crianças da nação, e até como as executoras da moralidade, e novamente como subversoras da razão. Elas são às vezes equiparadas com a natureza; em outros tempos, identificadas com a cultura. Em alguns períodos, elas foram entendidas como tendo a mesma alma dos homens, em outros elas foram distinguidas pela sua falta de razão. Mulheres se tornaram “o sexo” em algum momento do século XVIII na Europa, um rótulo que tem sido difícil separar até os dias de hoje em algumas áreas do mundo. A pesquisa de Riley questiona na história, não para nos contar sobre as mesmas mulheres se movendo através dos tempos, mas para situar quando e como contextos históricos diferentes passaram a compreender a própria categoria de mulheres. Quando gênero se coloca como um conjunto de questões sobre o que ainda não sabemos e quando mulheres são entendidas em si mesmo como uma

construção (não os papéis das mulheres, mas ‘mulheres’), então gênero torna-se uma maneira de interrogar as complexas fontes que fazem das mulheres uma “coletividade flutuante” digna de atenção política e acadêmica.

Indiscutivelmente, é a própria identidade da mulher que está em jogo nos debates sobre gênero. Não é simplesmente uma questão de biologia *versus* sociologia. De fato, o conhecimento atual nos diz que é difícil separar o biológico do sociológico porque cada um destes é intrinsecamente ligado ao outro. Um dos problemas de se focar na construção social é que isto retira a identidade da mulher como algo garantido e apenas observa como os papéis são variavelmente atribuídos. Desta maneira, a biologia é imaginada como fora do contexto social (como no “fundamentalismo biológico” de Nicholson); conservadores religiosos e feministas liberais acabam discutindo se o corpo feminino deveria ou não “ter permissão”, mas o corpo como determinante do significado das mulheres continua o mesmo.

Enquanto não podemos exatamente separar nossos corpos de nós mesmos, nós podemos cogitar a ideia de que corpos não são o suficiente para providenciar uma segura definição de identidade, papéis e orientação sexual. A ideia mais radical de entendimento de gênero é sobre a concepção de várias definições de homem/mulher, masculino/feminino, na sua complexidade e instabilidade. É sobre as lutas para manter os significados no lugar (impor e fazer cumprir as normas) e lutas para resistir ou derrubá-los. É sobre os interesses que motivam essas lutas, as apostas e os apostadores. Seu alcance se estende para além das mulheres e homens, masculino e feminino chegando às grandes estruturas e processos (tal como capitalismo e nacionalismo) nos quais e pelos quais relações sociais são formadas e fronteiras políticas patrulhadas. Nesta perspectiva, gênero nos lembra que não há representação inequívoca das mulheres, que isto sempre é uma questão de política.

Desigualdade

Uma das objeções dos católicos franceses no último verão à palavra gênero foi que esta, erroneamente, implicava que os homens injustamente dominavam as mulheres, confundindo a ordem natural das coisas na qual

homens e mulheres não são iguais, mas tem papéis complementares, com injustificados exercícios de força. Uma das objeções de algumas feministas, em Beijng e outros lugares para a palavra gênero, tem sido que ela está tão despolitizada pelas agências internacionais e agências do governo, assim como em algumas ONG's, que não traz mais uma crítica da dominação masculina. Estas respostas diametricalmente opostas ao gênero contêm a mesma associação do termo com o problema da desigualdade. Afinal de contas, foi a desigualdade entre mulheres e homens – uma desigualdade tipicamente atribuída à natureza – que as feministas quiseram desafiar com o gênero.

É verdade que não há nada na referência gramatical original que sugira uma relação de poder, nem na adaptação da palavra pelos sexologistas nos anos 1960. No entanto, esses usos insistem na atribuição arbitrária do masculino, feminino (e em algumas línguas, neutro) dos substantivos e (no caso dos sexologistas) na origem puramente social da distinção entre anatomia e identidade sexual. É precisamente a natureza arbitrária desta distinção lingüística e social que as feministas aproveitaram para desafiar as relações assimétricas entre os sexos. Gênero foi o nosso instrumento para diagnosticar e extirpar a desigualdade.

Esta foi uma época intensa de associação retórica entre gênero e desigualdade. Testemunhar o uso destes dois termos, como se eles fossem sinônimos, em relatórios e recomendações de políticas das Nações Unidas e as principais agências internacionais de desenvolvimento. O suposto intuito destas recomendações é acabar, ou pelo menos corrigir, as desigualdades de gênero que foram discernidas em estatísticas desagregadas por sexo. O objetivo destes programas que se seguem a estes relatórios é de longo alcance. Uma das minhas amigas que é delegada da Comissão das Nações Unidas sobre o Status da Mulher, diz que se estes programas fossem implementados haveria grandes melhorias no acesso das mulheres aos serviços de saúde, educação, emprego e outros recursos econômicos; a violência contra as mulheres seria punida e a inclusão política incentivada. O endosso do princípio de que os direitos das mulheres são direitos humanos, tem, sob o seu ponto de vista, definido as mulheres como pessoas equivalentes aos homens na esfera jurídica. A Comissão sobre o Status da Mulher e o corpo de monitores da convenção de

CEDAW (a convenção para acabar com todas as formas de discriminação contra as mulheres) trabalha, incessantemente, para produzir a realização destes objetivos, mas há inúmeros obstáculos em seus caminhos.

O primeiro e mais óbvio é a resistência dos governos, com uma maior proteção dos privilégios masculinos, geralmente em nome da cultura. Se cultura e tradição podem explicar assimetrias masculino/feminino, então, eles argumentam, desigualdade não é a questão. Aqui uma forma de relativismo cultural se recusa a tratar de questões de poder. O segundo, e mais difícil, é estabelecer o que significa igualdade entre os sexos. Nós estamos falando sobre igualdade formal dos indivíduos abstratos perante a lei – como no direito ao voto, ou a proibição de discriminação entre os sexos nos códigos de direito de família? A igualdade se estende aos direitos sociais e estes são os mesmos para mulheres e homens? É uma questão de equivalência em vez de qualidade e como isto pode ser mensurado? (em alguns casos, quando as estatísticas revelaram “homens em situação de risco”, a política de gênero tratou com recursos desviados das causas femininas).²⁹ Qual é o padrão pela qual a igualdade é medida? Alguns governos e ativistas se opuseram ao que parece ser uma tendência ocidental oferecida como universal. Eles argumentam: quando a noção liberal de direitos individuais substitui um senso de divisão comunitária de trabalho, o valor complementar das relações entre os sexos é negado.

O terceiro obstáculo é material: a ênfase no gênero reduz nossa visão para as desigualdades visíveis entre mulheres e homens. Nós não vemos que isso é geralmente gerado ou perpetuado por estruturas de trabalho de mercado globais, fabricada pelo capital financeiro – e é insolúvel sem a atenção aos seus impactos e operações. Então, por exemplo, o foco nos direitos reprodutivos, violência doméstica, educação feminina e tráfico sexual, enquanto de crucial importância para a melhoria da qualidade de vida de algumas mulheres, no entanto, subestima ou ignora as estruturas econômicas que moldam estas vidas, transformando culturas assim como condições materiais. Sem mudanças nestas estruturas – aquelas que estão na base da pobreza e da desigualdade buscando o empobrecimento das mulheres (em geral rurais) como uma fonte de trabalho barato, causando grandes fluxos de migração internacional e massivas transferências de população e riqueza – é difícil imaginar como uma reforma de

longo prazo pode se manter.³⁰ Nesta perspectiva, gênero é uma distração de causas mais imediatas e fundamentais de desigualdade entre pessoas e nações, bem como entre os sexos. Nas palavras de Arundathi Roy, é como colocar “um band-aid em um ferimento mortal”.³¹

Uma complicação adicional à ideia de que a igualdade de gênero é um princípio claro com aplicação global emergiu na retórica do “choque de civilizações”. No contexto das lutas do lugar dos muçulmanos nas nações ocidentais, igualdade de gênero tem sido alardeada como um dos primordiais valores do Ocidente. Dominação masculina, violência contra as mulheres, sua exploração sexual e repressão, foram todos alinhados do lado islâmico, limpando o Ocidente destas questões. Ouçam o chefe da comissão recomendando a proibição do uso do véu nas escolas públicas francesas: “A França não pode permitir que os muçulmanos minem seus valores fundamentais, que incluem uma estrita separação da religião e do Estado, igualdade entre os sexos e liberdade para todos”. Ou a decisão dos juízes da corte federal suíça contra um professor que vestia um *hijab* em sala de aula: “É difícil conciliar o uso de um lenço na cabeça com o princípio de igualdade de gênero – que é um valor fundamental de nossa sociedade consagrada em disposição específica da constituição federal.”³² Não é como se esses “valores fundamentais” tem sido postos em prática na França e na Suíça, como se observa nas estatísticas de gênero que estes países indicam (mulheres nos cargos políticos, violência doméstica, diferenças salariais).³³ Mas o contraste com os muçulmanos além de trazer atenção (incluindo a atenção de algumas feministas) para o status das mulheres no Islã (como se houvesse um único status aplicável a todas as variantes – teológica, institucional e nacional) e afastado da persistência dos problemas de desigualdade para as mulheres no Ocidente secular/cristão. No atual discurso civilizacional, o recurso da “desigualdade de gênero” se tornou uma maneira de justificar a discriminação – o tratamento desigual das minorias muçulmanas nas democracias européias ocidentais. O pressuposto da desigualdade que está ligado ao gênero é, ao mesmo tempo, afirmado e negado – afirmado quando se trata de avaliar a adequabilidade muçulmana como membros das nações do Ocidente; negada como uma questão do Ocidente em um contraste maniqueísta com o Islã.³⁴

Diferença Sexual

A cuidadosa distinção entre gênero como uma categoria social – a atribuição de significados a corpos sexuados – e sexo – a diferença anatômica entre homens e mulheres – produziram importantes trabalhos. Permitiu às feministas recusar a ideia de que ‘anatomia é destino’, (significando que as diferenças anatômicas dos homens justificariam um tratamento desigual para as mulheres) e produziu conhecimento histórico e antropológico sobre as variadas capacidades e papéis que diferentes mulheres desfrutaram em diferentes lugares e diferentes tempos. Até foi posto em questão o próprio significado transparente de anatomia. Judith Butler, por exemplo, sugere que sexo é referente ao gênero, mas não tem nenhum significado para além dele.³⁵ Talvez por este motivo, tem sido quase impossível manter gênero e sexo separados no uso comum.

A edição de 1992 do *American Heritage Dictionary of the English Language* oferece esta nota especial do termo:

Tradicionalmente, *gênero* tem sido primariamente usado para se referir as categorias gramaticais de “masculino”, “feminino” e “neutro”, mas nos anos recentes estabeleceu-se à palavra um uso que se refere as categorias baseadas no sexo, como nas expressões “diferença de gênero” e “políticas de gênero”. Este uso é apoiado pela prática de muitos antropólogos, que reservam *sexo* para categorias biológicas, enquanto usam *gênero* para se referir a categorias social ou cultural. Conforme esta regra, se pode dizer *A eficácia da medicação parece depender do sexo* (não gênero) *do paciente*, mas *Nas sociedades camponesas, papéis de gênero* (não sexo) *são mais suscetíveis de serem mais claramente definidos*. Esta distinção é útil em princípio, mas ela não é de modo algum amplamente observada, e uma considerável variação de usos ocorrem em todos os níveis.³⁶

A conclusão é de que os significados de sexo e gênero deslizam entre um e outro termo, obscurecendo os limites que foram estabelecidos para mantê-los separados.

Às vezes gênero é simplesmente um eufemismo para sexo, uma alternativa educada para a palavra que tem muitas implicações evocativas. Às vezes isto cria confusão sobre a terminologia apropriada. Então, por exemplo, a Comissão francesa de terminologia e neologia argumentou em 2005 que “a

substituição de sexo por gênero não responde a uma necessidade linguística” e, portanto não havia lugar no léxico francês – sexo era o suficiente tanto para significado cultural, como para diferença biológica.³⁷ Entretanto, a despeito deste aviso, a palavra gênero proliferou em diversas áreas como na Academia, a mídia, a Assembléia Nacional. Ao mesmo tempo, algumas feministas francesas acadêmicas resistiram à palavra, referindo-se em vez disso nas “relações sociais dos sexos” ou “as relações de poder do sexo”.³⁸

Outros esforços feministas em traduzir o termo revelaram deslizos semelhantes. No caso da Bulgária, por exemplo, há um termo gramatical *rod*, um referente ‘inconfundivelmente assexuado’ (é o sinônimo para palavras como maternidade, nação ou pessoa). As feministas preferiram *pol*, a palavra bulgariana para sexo, cuja definição técnica mais comum se refere “muito pouco...aos órgãos sexuais, ao ato sexual ou as doenças sexualmente transmissíveis”. Mas *pol* também foi etimologicamente ligado à palavra bulgariana para ‘metade’ e ‘dividir’. Desta maneira, a noção de diferença sexual foi suprimida com (ou incorporada à) diferença de gênero, ao mesmo tempo evitando e reconhecendo os significados que as feministas essencialistas queriam contestar. Por fim, alguns grupos, notavelmente ONG’s usam simplesmente a palavra inglesa ‘gender’.³⁹

Em sua réplica às críticas católicas do verão passado, o Ministro francês da Educação, considerou gênero um termo sociológico que, como raça ou religião, pode ser empregado sem muita controvérsia. O termo foi, ele disse, sobre papéis sociais, suas vantagens e desvantagens econômicas e políticas, e não sobre comportamento sexual ou orientação sexual – que era uma questão separada, uma escolha pessoal, não determinada pela biologia e nem pela sociologia.

De fato, o status puramente sociológico do gênero tem sido impossível de manter. Ele parece não ter significado fixo e é difícil exatamente determinar ao que ele se refere. Por exemplo, durante as discussões da elaboração do Estatuto de Roma que criou o Tribunal Internacional Criminal (*Internacional Criminal Court – ICC*) em 1998, ‘gênero’ foi destacado por uma definição especial, enquanto termos como ‘política’, ‘racial’, ‘nacional’, ‘étnica’, ‘cultural’, ‘religião’, ‘riqueza’, ‘nascimento’, ‘idade’ foram consideradas auto-evidentes e

não precisavam de esclarecimento.⁴⁰ Longas negociações foram requeridas para achar exatamente a redação correta – uma redação cujo constrangimento reflete as controvérsias que eles foram criados para resolver. O artigo 7(3) do Estatuto de Roma define gênero desta maneira:

Para os propósitos do presente Estatuto, entende-se que o termo gênero refere-se aos dois sexos, masculino e feminino, dentro do contexto da sociedade. O termo ‘gênero’ não indica qualquer significado diferente do acima.⁴¹

A expressão “dois sexos” foi uma concessão para a Direita; “dentro do contexto da sociedade” foi para acalmar os construcionistas sociais. A sentença final parece-me transmitir para todos a profunda ansiedade sobre a natureza incontrolável do gênero. Ele pode significar tudo e nada; seu referente exato teve que ser repetidamente especificado e mesmo isso pode não ser o suficiente.

Em Beijing em 1995, mesmo depois que a expressão “usos geralmente aceitos” foi aceita, vários delegados latino-americanos aparentemente preocupados com a normalização da homossexualidade sentiram-se compelidos a dizer exatamente o que eles achavam que gênero significava. “Guatemala interpreta a concepção de gênero unicamente como feminino e masculino em referencia a mulheres e homens”. Os delegados do Peru insistem que “direitos sexuais referem-se unicamente às relações heterossexuais”. O Vaticano expressa uma maior ansiedade geral sobre o rompimento das próprias fundações da sociedade: ele tomou o significado de gênero como sendo “baseado na identidade biológica sexual, masculino ou feminino”.⁴² Durante os debates do ICC, um comentarista notou que se gênero fosse permitido para se referir a qualquer coisa além do masculino e feminino, o Tribunal estaria em posição para “reestruturar drasticamente a sociedade em todo o mundo”.⁴³ Esta mesma preocupação sobre o potencial radical da palavra foi expresso pelos oponentes do currículo francês ao qual eu me referi antes. A “teoria de gênero”, eles argumentaram, “por negar a diferença sexual, [podem] subverterem a organização da nossa sociedade e colocam em questão a sua própria fundação.”⁴⁴ O padre francês e psicanalista Tony Anatrella falando no Vaticano em novembro de

2011, alertou que a “ideologia de gênero” poderia “ transformar o significado das relações entre mulheres e homens, o significado da sexualidade, e mesmo até o significado de família e procriação”.⁴⁵

O que é tão estranho sobre estes frenéticos esforços para limitar gênero em dois sexos (masculino e feminino) é que gênero sempre se referiu precisamente a isto: a diferença sexual. De fato, os críticos *queer* do termo rejeitaram o uso do gênero porque, dizem, que ele está ancorado em uma concepção heteronormativa das relações que excluem o reconhecimento de que há sexualidades (e relacionamentos entre elas) que excedem todas as permutações do binário masculino/feminino.⁴⁶ Se “queer” vai subverter as fundações da sociedade, estes críticos argumentam, não será empunhando o bastão de gênero.

A ansiedade expressa nos comentários críticos é, eu sugiro, sintomática da larga ansiedade sobre a dificuldade de fixar qualquer significado, seguro, certo e duradouro para a própria diferença sexual. Isto também é resultado de uma fusão – uma que o manual de ciência francês tentou evitar – entre diferença sexual (a distinção masculino/feminino) e orientação sexual (a escolha de um parceiro sexual). Isto é verdadeiro para ambos aqueles que acham gênero radical demais e aqueles que acham que não é radical o suficiente.

Aqueles que acham gênero não radical o suficiente deveriam ouvir aqueles que temem seu potencial radical. Para os oponentes do gênero, a palavra conjura fantasias de desejo de liberdade selvagem, de sexualidade descontrolada. Se, como eles sustentam, heterossexualidade e ordem social são intimamente ligadas, uma provê a fundação natural da outra, então gênero – a atribuição arbitrária e contingente de papéis para corpos sexuados – inverte as relações (fazendo a sociedade a determinante da identidade sexual). Mesmo se os referentes são restritos a homens e mulheres, a ideia de que eles são definidos “dentro do contexto da sociedade” coloca em questão a própria reivindicação da auto-evidência biológica. Na lógica destes críticos, então, gênero leva inexoravelmente à liberdade da orientação sexual, ao desprendimento do desejo de seu mandato reprodutivo. Uma vez que o desejo é libertado desta forma, ele aparentemente não tem limites. Homossexuais, bissexuais, transexuais são a encarnação fantasmática do fim do homem.⁴⁷ Se o

termo gênero foi feito para instalar uma parede separando papéis sociais e sexo biológico, seus críticos vêm ao contrário a proliferação das sexualidades; a substituição do simples binário masculino/feminino por três, quatro, mesmo cinco sexos (ou gêneros). As distinções que queremos que gênero faça entre corpos, desejos e papéis sociais colapsou quando diferença sexual e orientação sexual foram tomadas como sinônimos, que é quando a anatomia e o desejo são tomadas para determinar um ao outro e sua própria identidade. Não há quantidade de negociação que pareça resolver este problema.

Por uma perspectiva, este “gender trouble” clama ser uma função de uma confrontação histórica do mundo entre forças de ordem e os campeões da mudança, os defensores conservadores do patriarcado e os oponentes progressivos da “democracia sexual”.⁴⁸ Penso que a política é, atualmente, mais complicada que a simples oposição implica. Gênero é um lugar de lutas sobre o que conta como natural e o que conta como social e isto não se divide simplesmente entre as linhas da Direita e Esquerda. Mas há também alguma coisa acontecendo, que tem a ver com a relação entre gênero e diferença sexual, que é sobre o que eu quero falar agora. Isto nos leva do social para o registro psíquico e da relação entre eles. Se, como Freud, Lacan e outros sugeriram, diferença sexual é uma questão psiquicamente enigmática, ambígua, intrigante, nunca finalmente ou satisfatoriamente entendida, impossível de simbolizar, então as regras e ideais, os mitos e as lendas populares oferecidos para dar conta disso nunca vão cumprir totalmente seu trabalho. Na formulação de Joan Copjec’s, a diferença sexual nos toma, pela “impossibilidade de significação”.⁴⁹ Elisabeth Weed explica desta forma: “A ruptura psíquica constitutiva das teorias de Freud e Lacan sobre sexualidade, aquilo que Lacan chama de real, que não pode se conhecer, não pode ser simbolizado, é esta impossibilidade”.⁵⁰ A diferença sexual levanta a questão da origem da vida (de onde eu vim?); as razões para nossos corpos divididos (por que somos homens e mulheres? Eu preciso ser um ou outro, por que não os dois?); a natureza da atração entre estes corpos (o que é esse desejo que eu sinto?); e o mistério de nossa mortalidade.⁵¹ Estas são as perguntas para as quais não há respostas racionais ou inconscientes suficientemente exaustivas ou satisfatórias. As instituições sociais e políticas trabalham incansavelmente para providenciar as respostas,

mantendo-as no lugar, erguendo estruturas massivas sobre o que são sempre fundações provisórias. Seu alvo é conter, ou pelo menos redirecionar, as fantasias que os indivíduos nutrem sobre as diferenças dos corpos sexuados (e quais desejos eles podem ou não seguir) e mantê-los coletivamente sob controle através de várias formas de regulação normativa. Gênero como uma categoria analítica pode parecer estar diretamente ligado à arena que chamamos de social, mas o objeto de análise (as construções históricas das relações entre os sexos) é, irrevogavelmente, conectado à esfera psico-sexual. É por esta razão que gênero não pode estar livre de sua associação com sexo, isto é, com a diferença sexual. Desde que diferença sexual é referente de gênero, e desde que diferença sexual não tem nenhum significado inerente e fixo, gênero permanece uma questão aberta, um lugar de conflito sobre as definições que nós atribuímos (e outros) a ele. Ou, como Weed coloca “É, de fato, a impossibilidade da diferença sexual que garante que gênero nunca será totalmente cognoscível ou semanticamente estável”.⁵²

Gênero – a prática social e cultural que é o objeto de estudo – é, então, sempre uma tentativa de amenizar as ansiedades coletivas sobre os significados da diferença sexual, de fixar estes significados, necessariamente imprecisos, de uma vez por todas. Impreciso, pois a despeito das diferenças visivelmente anatômicas entre os corpos (quaisquer que sejam suas variações), nossa imaginação não pode ser limitada na atribuição de significados para eles. Questões sobre corpos sexualmente indeterminados e trans sexualidade apenas compõem a dificuldade. Butler (referindo-se a Levi Strauss) coloca desta forma: “Diferença sexual é o lugar onde a questão concernente à relação do biológico com o cultural é colocada e recolocada, onde é preciso e pode ser colocada, mas onde não pode, a rigor, ser respondida”.⁵³ Gênero, como nosso objeto de estudo, é, de fato, as respostas (contingentes, contenciosas e mutáveis) oferecidas para a irrespondível questão. De fato, as regulações normativas que estabelecem os papéis de gênero são tentativas de tornar a questão impossível de ser questionada. Como resultado, gênero é um lugar perpétuo para a contestação política, um dos locais para a implantação do conhecimento pelos interesses do poder.

É por esta razão que gênero se mantém um conceito útil para análise crítica. Se pegarmos gênero como um guia não simplesmente como homens e mulheres tem sido definidos em relação ao outro, mas também que visões da ordem social estão sendo contestadas, sobrepostas, resistidas e defendidas nos termos de definições masculino/feminino, chegaremos a uma nova visão sobre as diversas sociedades, culturas, histórias e políticas que queremos investigar. Gênero se torna não um guia para categorias estatísticas de identidade sexuada, mas para a interação dinâmica da imaginação, regulação e transgressão nas sociedades e culturas que estudamos. Há uma política de gênero e uma generificação da política que chama a nossa atenção – sobre a forma de um conjunto interminável sobre como, quando, onde e sob quais condições individuais, sociedades e culturas tentaram responder àquilo que não pode finalmente e definitivamente ser respondido (ou mesmo perguntado). Longe de ser um exercício de frustração, esta abordagem abre caminho para novos pensamentos, novas interpretações e talvez até mesmo para novas políticas. E longe de estar resolvido, como uma vez eu pensei que estava, gênero é uma questão perpetuamente aberta: quando pensamos que foi resolvido, sabemos que estamos no caminho errado.

Notas

* Meus agradecimentos pelos comentários e críticas de Elisabeth Weed e Sara Farris, bem como aos membros do seminário da Universidade de Södertörn na Suécia e da Universidade Americana no Cairo, Egito.

** Professora de Ciência Social no Instituto de Estudos Avançados em Princeton, New Jersey. E-mail: jws@ias.edu

*** Professora do Programa de Pós-Graduação em História e Professora Adjunta da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero da FH/UFG. E-mail: anacarolinaufg@gmail.com

¹ MONEY, John and EHRHART, Anke. *Man and Woman, Boy and Girl*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1972; STOLLER, Robert. *Sex and Gender: On the Development of Masculinity and Femininity*. N.Y., Science House, 1968.

² “Forum: Revisiting ‘Gender: A Useful Category of Historical Analysis,”” *American Historical Review* 113:5 (December 2008).

³ No original “*baccalaureate exams*”, referem-se aos exames de qualificação acadêmica realizada ao final do ensino médio na França por todos os estudantes. Além de conferir um título de qualificação acadêmica, serve também como forma de ingresso dos estudantes nas universidades. N.T.

⁴ “uma grande diversidade de homens e mulheres”. N.T.

⁵ DUPUIS, Monique. (ed) *SVT Physique-Chimie: Sciences Programme 2011*. Paris, Hatier, chapter 10, p. 174.

⁶ “A questão da identidade sexual. Na sociologia, a identidade sexual (ou identidade de gênero ou identidade sexuada) refere-se ao gênero pelo qual uma pessoa é socialmente reconhecida; significa dizer que certas pessoas falam de si mesmas como sendo um homem ou uma mulher ou se descrevem de maneira menos convencional, mas este termo pode também fazer referência ao gênero que as outras pessoas atribuem a qualquer um baseado no que eles conhecem dos indicadores sociais do gênero (vestimentas, cabelo, modo de andar, etc) » *Ibid*, p. 177. (Tradução do original em francês. N.T.)

⁷ Ver: <http://www.independent.co.uk/news/world/europe/meditation-on-gender-lands-pope-in-hot-water-1210064.html> e a mensagem do Papa no ano de 2008, disponível no site:

http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2008/december/d_0cuments/hf_ben-xvi_spe_20081222_curia-romana_en.html

⁸ A petição foi chamada “Défendons la liberté de conscience à l’école”. (Defendamos a liberdade de consciência na escola. N.T.) <http://www.afc-france.org/societe/actions-et-outils/petition-education> (consultado em 13 de janeiro de 2012). Ver também <http://un-ministre-irresponsable.org>. (consultado em 16 de dezembro de 2011). Uma crônica de leituras e eventos protestando contra o manual pode ser encontrada no endereço do site: <http://www.evangelium-vitae.org/actualite/1751/le-genre-demasque>. (consultado em 13 de janeiro de 2012).

⁹ “La ‘papesse’ de la théorie du Genre à Bordeaux!” *Infos Bordeaux*, 21 de setembro de 2011. Disponível no Site: <http://www.inforx-bordeaux.fr/2011/actualites/la-“papesse”-de-la-theories> (acessado em 23 de novembro de 2011). Ver também « Mauvais genre, » and the interview with Butler, « Judith Butler: Comprendre plutôt que classer, » *Le Monde: Culture et idées* de 1 de Outubro de 2011.

¹⁰ BEAUVOIR, Simone de. *Le deuxième sexe*, Paris: Gallimard, 1949. (« On ne naît pas femme: on le devient. »)

¹¹ “La ‘papesse’...” *Infos Bordeaux*, 21 de setembro de 2011.

¹² “La Théoricienne du gender honoré par l’université Bordeaux 3,” um protesto divulgado pela “Association pour la Fondation de Service politique”, uma organização católica, protestando contra o prêmio à Butler. www.libertepolitique.com (consultado em 23 de novembro de 2011).

¹³ O termo utilizado pela autora foi “Campiness” cuja origem deriva do francês “se camper” que significa “colocar-se de uma maneira exageradamente fashion”.

Em geral, é um termo associado aos comportamentos e maneiras homossexuais denotando exagero, afeminação, ostentação e teatralidade. N.T.

¹⁴ LUCET, Christophe. “Judith Butler honoré,” *Le Sud Ouest*. em 06 de outubro de 2011. <http://www.sudouest.fr/dyn/imprimer.php?link> (consultado em 23 de novembro de 2011).

¹⁵ Carta do Ministro da Educação Nacional, Luc Chatel, para Christine Boutin em 27 de julho de 2011.

¹⁶ Comissão das Nações Unidas sobre o Status das Mulheres. *Report of the United Nations Conference on Human Settlements (Habitat II), Istanbul, 3-14 June 1996*. “Anexo V: Declaração do Significado entendido comumente do termo ‘Gênero’.” <http://www.undp.org/un/habitat/agenda/annex.html>

¹⁷ Comentando esta passagem, Elisabeth Weed nota, “...a declaração...oferece uma visão incrivelmente franca da aporia que gênero é. Idealmente, a declaração do grupo de contato gostaria de ser capaz de apelar para algum tipo de verdade apodictica. Isso não estando disponível, ele apela para ‘o uso ordinário, geralmente aceito’, um uso que é...válido pelo costume passado (não importa que ‘gênero’ como algo diferente do termo gramatical exista pouco mais que há algumas décadas). Em suma, tudo que a declaração oferecer é uma linguagem que fica como um referente que não pode ser nomeado. E qualquer que seja este referente não nomeado, ele deve sempre depender do poder de uso habitual e dos significados que ele evoca. Em outras palavras, em vez de verdade demonstrável, a linguagem faz o seu trabalho”. Elisabeth Weed, “From the ‘Useful’ to the ‘Impossible’ in the Work of Joan W. Scott,” *In: Judith Butler and Elisabeth Weed, eds. The Question of Gender. Joan W. Scott’s Critical Feminism*. Bloomington, Indiana University Press, 2011, p. 289.

¹⁸ JOHNSON, Barbara. *The Wake of Deconstruction*. Blackwell USA, 1994, pp. 48-9.

¹⁹ “Assim, a socialista francesa Jeanne Deroin, respondendo a piada de Proudhon que uma legisladora mulher fazia tanto sentido quanto uma ama homem, perguntou a ele quais órgãos específicos eram necessários para as funções de legislador.” Citado em SCOTT, Joan W. *Only Paradoxes to Offer: French Feminists and the Rights of Man*. Cambridge, MA, Harvard University Press, 1996, p. 78.

²⁰ Panfleto das Mulheres Revolucionárias das Filipinas, citado por Sally Baden and Anne Marie Goetz, “Who Needs [Sex] when you can have [Gender]? Conflicting Discourses on Gender at Beijing,” *Feminist Review* 56 (Summer 1997), p. 6.

²¹ Do anúncio do Centro de Conferência de Bellagio para o Workshop de escrita do Banco Mundial, “Definindo Gênero no Século XXI.”

²² MIKDASHI, Maya. *The Uprisings will be Gendered*. Jadaliyya, February 28, 2012. <http://www.jadaliyya.com> (consultado em 30 de março de 2012).

²³ NICHOLSON, Linda. *Interpreting Gender, Signs*. 20:1 (Autumn 1994), p. 82.

²⁴ Olympe de Gouges, *La Déclaration des droits de femme et de citoyenne*, 1791.

²⁵ BARD, Christine. *Les filles de Marianne: histoire des féminismes 1914-1940*. Paris, Fayard, 1995, p. 45.

²⁶ MORGAN, Robin. *Sisterhood is Global: the International Women's Anthology*. New York, The Feminist Press, 1996, p. 36.

²⁷ KAVENEY, Roz. Radical feminists are acting like a cult. In: *Guardian*, em 25 de maio de 2012.

<http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2012/may/25/radical-feminists...>

²⁸ RILEY, Denise. *Am I That Name? Feminism and the Category of 'Women' in History*. London, Macmillan, 1988, p. 17.

²⁹ BADEN and GOETZ. "Who Needs [Sex]" p. 6.

³⁰ Sobre estas questões ver: BERNSTEIN, Elizabeth. *Temporarily Yours: Intimacy, Authenticity, and the Commerce of Sex*. Chicago, University of Chicago Press, 2007; and FARRIS, Sara. Femonationalism and the Regular Army of Labor Called Migrant Women. In: *History of the Present* 3.1 (Fall 2012).

³¹ Comentário de Roy em sua leitura de Edward Said, Princeton University, em 07 de março de 2012.

³² Ambas as citações são citadas em MCGOLDRICK, Dominic. *Human Rights and Religion: The Islamic Debate in Europe*. Portland, OR, Hart, 2006, pp. 89 and 128.

³³ PICQ, Manuela. *Women in Parliaments: Contested geographies*. Disponível: <http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2012/03/20123881930115>

³⁴ SCOTT, Joan Wallach. Sexularism: On Secularism and Gender Equality. In: SCOTT. *The Fantasy of Feminist History*. Durham, NC, Duke University Press, 2011.

³⁵ BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York, Routledge, 1990, p. 7.

³⁶ American Heritage Dictionary of the English Language. (3rd ed. 1992), p. 754.

³⁷ *Journal Officiel de la République Française*, Avis et communications, Commission Générale de Terminologie et de Néologie, "Recommandation sur les équivalents français du mot *gender*." Texte 107 sur 115, July 22, 2005.

³⁸ Por exemplo, ver as várias proposições de lei da Assembléia Nacional francesa para a categoria "gênero". Ver também as discussões em Dominique Fougeyrollas-Schwebel, Christine Planté, Michèle Riot-Sarcey et Claude Zaidman, eds. *Le Genre comme catégorie d'analyse: sociologie, histoire, littérature*. Paris: L'Harmattan, 2003. Ver especialmente os comentários de Eliane Viennot, pp. 164-65. "Eu sempre uso as paráfrases tradicionais, que tem o mérito de serem claras: relações sociais de sexo, relações de poder, as limitações à feminilidade/masculinidade, delimitação ideológica das fronteiras dos sexos, etc." (Tradução do original em francês. N.T.)

³⁹ NIKOLCHINA, Miglena. Translating Gender: the Bulgarian Case. In: BRAIDOTTI, Rosi; LAZAROMS, Ilse and VONK, Esther (eds.). *The Making of European Women's Studies*, 3, Utrecht, Utrecht University, 2001, pp. 92-94. Ver também MEHREZ, Samia. Translating Gender. In: *Journal of Middle East Women's Studies* 3:1 (Winter 2007), pp. 106-27.

⁴⁰ OOSTERVELD, Valerie. The Definition of 'Gender' in the Rome Statue of the International Criminal Court: A Step Forward or Back for International Criminal Justice?. In: *Harvard Human Rights Journal*. 18 Spring 2005, pp. 55-84.

⁴¹ Estatuto de Roma do Tribunal Internacional Criminal em 17 de julho de 1998.

⁴² United Nations, *Report of the Fourth World Conference on Women, Beijing, 4-15 September 1995*. Chapter V, section 10(b), iii; section 25, iii; section 11. Gopher://gopher.undp.org:70/00/unconfs/women/off/a--20.en. (consultado em 1999).

⁴³ Isto vem de um artigo de opinião não publicado citado em Oosterveld, “The Definition of ‘Gender’ in the Rome Statute.” Note 51. O artigo foi submetido a conferência pelo Centro David M. Kennedy de Estudos Internacionais e contém os arquivos de Oosterveld.

⁴⁴ Ver nota 12 acima.

⁴⁵ Citado em Case, “Who Needs [Sex]”, p. 805.

⁴⁶ Ver a introdução e o ensaio de ABELove, Henry; BARALE, Michèle Aina and HALPERIN, David M. (eds.). *The Lesbian and Gay Studies Reader*. N.Y., Routledge, 1993.

⁴⁷ EDELMAN, Lee. *No Future: Queer Theory and the Death Drive*. Durham, N.C., Duke University Press, 2004.

⁴⁸ Sobre democracia sexual, ver: FASSIN, Eric. National Identities and Transnational Intimacies: Sexual Democracy and the Politics of Immigration in Europe. In: *Public Culture*, 22:3 (Fall 2010), pp. 507-29.

⁴⁹ COPJEC, Joan. Cutting Up. In: BRENNAN, Teresa (ed.). *Between Psychoanalysis and Feminism*. N.Y., Routledge, 1989, pp. 227-46.

⁵⁰ WEED, Elizabeth. *From the ‘Useful’ to the ‘Impossible’*, p. 303.

⁵¹ LAPLANCHE, Jean and PONTALIS, Jean-Bertrand. Fantasy and the Origins of Sexuality. In: BURGIN, Victor; DONALD, James and KAPLAN, Cora. (eds.). *Formations of Fantasy*. London, Routledge, 1986, pp. 5-34.

⁵² WEED, Elisabeth. *From the ‘Useful’ to the ‘Impossible’*, p. 307.

⁵³ BUTLER, Judith. *Undoing Gender*, N.Y., Routledge, 2004, p. 16.

Data de envio: 07/08/2012

Data de acesso: 18/10/2012